

Quando as mulheres avançam, o Brasil avança junto



» MÁRCIA LOPES
Ministra das Mulheres

O 8 de Março é mais do que uma data de celebração. É um momento de reconhecer as lutas e as conquistas das mulheres brasileiras, dos movimentos feministas e, ao mesmo tempo, refletir sobre os desafios que ainda persistem. As mulheres têm sido protagonistas na construção de um país mais justo, mais democrático, mais igual e mais humano. Estão em todos os territórios, nos campos e cidades, nas universidades, nas empresas, nos movimentos sociais, nas comunidades, na política, na ciência e em tantas outras áreas, contribuindo com talento, trabalho e coragem para transformar a sociedade.

Garantir que cada mulher possa viver uma vida plena, com acesso a direitos, oportunidades e liberdade, é uma tarefa que diz respeito a toda a sociedade. Significa assegurar que meninas possam estudar e sonhar com o futuro que desejarem, que mulheres possam ocupar espaços de decisão e liderança e que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas.

Mas o Dia Internacional das Mulheres também nos convoca a encarar uma realidade que não pode ser ignorada: a violência contra as mulheres

continua a marcar profundamente a vida de milhares de brasileiras. Entre suas formas mais extremas, está o feminicídio, expressão brutal da desigualdade de gênero e raça e da cultura de violência que ainda persiste em nossa sociedade.

Nos últimos anos, os números de feminicídios têm crescido em diversas regiões do país, revelando uma realidade alarmante. Mais do que estatísticas, cada caso representa uma vida interrompida, uma família devastada e uma comunidade marcada pela dor. A crueldade frequentemente presente nesses crimes expõe o quanto ainda precisamos avançar para garantir que mulheres possam viver sem medo.

A violência contra as mulheres cobra uma conta alta, emocional, financeira, social e política. Destroi famílias, destrutura comunidades e compromete o futuro de crianças que crescem marcadas pela perda e pelo trauma. Também impõe custos ao Estado e à sociedade, que precisam lidar com as consequências de uma violência que poderia e deve ser evitada.

Enfrentar essa realidade exige ação firme do poder público, mas também compromisso coletivo. O combate à violência contra as mulheres não é responsabilidade de um único setor ou instituição. É um desafio que precisa mobilizar governos, instituições de justiça, escolas, empresas, organizações da sociedade civil e cada cidadão e cidadã.

Nesse sentido, iniciativas como o Pacto Brasil contra o Feminicídio representam um passo importante para fortalecer a articulação entre diferentes setores da sociedade na prevenção e no

enfrentamento dessa violência. Em alinhamento com as diretrizes do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil tem buscado recolocar a agenda dos direitos das mulheres no centro das políticas públicas, com destaque para a criação do Ministério das Mulheres, que fortalece a capacidade do Estado de coordenar ações de prevenção, proteção e promoção da autonomia das mulheres. O pacto reafirma que proteger a vida das mulheres deve ser uma prioridade nacional e que somente com esforços integrados será possível reduzir os índices de feminicídio no país.

Também é fundamental ampliar o diálogo com os homens sobre esse tema. A construção de relações baseadas no respeito, na igualdade e na não violência precisa envolver toda a sociedade. Homens têm um papel essencial nesse processo, seja questionando comportamentos violentos, seja promovendo novas formas de convivência pautadas pelo respeito e pela dignidade.

O desafio está posto. Não há caminho possível para o desenvolvimento de um país que aceite a violência contra as mulheres como parte de sua realidade. O Brasil não pode avançar deixando para trás uma trilha de corpos de mulheres vítimas do feminicídio.

Neste 8 de Março, reafirmamos um compromisso coletivo: construir um país onde todas as mulheres possam viver com liberdade, dignidade e segurança. Um Brasil em que o protagonismo das mulheres seja reconhecido e valorizado, e em que nenhuma vida seja perdida pela violência.

Quando as mulheres avançam, o Brasil avança junto!

O palanque vira tribunal: a prova de fogo das mulheres na política



» DAMARES ALVES
Senadora da República

No filme *A conspiração* (*The Contender*, de 2000), uma senadora indicada para a vice-presidência dos Estados Unidos enfrenta uma sabatina brutal. Durante o processo, seus adversários não discutem sua competência técnica, sua trajetória pública ou suas propostas para o país. O alvo passa a ser, de forma covarde, a sua vida privada. Diante de mentiras e de uma moderna "caça às bruxas", ela faz uma escolha que choca muitos: o silêncio. Não por ser culpada, mas por se recusar a aceitar a ideia de que fofocas, boatos e difamações valham mais do que toda a sua história de serviço ao povo.

Essa ficção, infelizmente, ecoa de forma dolorosa na realidade brasileira. Aqui, a mulher que ousa entrar na política enfrenta um desafio duplo e exaustivo: provar sua capacidade técnica diariamente em um ambiente hostil e, ao mesmo tempo, resistir a ataques pessoais rasteiros que raramente, ou quase nunca, atingem os homens.

Na semana deste 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, precisamos encarar essa ferida de frente. A data é, sem dúvida, um momento de celebração das nossas conquistas, mas deve ser, acima de tudo, um dia de profunda reflexão. Ao entrar na vida pública, a mulher descobre rapidamente que existem regras não escritas muito cruéis. Se ela for firme em suas convicções, é taxada de autoritária ou desequilibrada. Se for conciliadora, é chamada de fraca. Se cuida da sua aparência, dizem que é fútil; se não o faz, é acusada de ser desleixada. É um labirinto perverso onde qualquer escolha se transforma em armadilha.

Isso não é vitimismo. É uma constatação da realidade, um problema tão estrutural que o Brasil precisou tipificar essa conduta criminalmente. Falo da Lei nº 14.192, de 2021, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. A lei deixou claro que é crime assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar candidatas e detentoras de mandato. Ter que criar uma legislação federal para garantir o óbvio — o respeito no espaço de poder — mostra o quanto o nosso ambiente político ainda precisa ser curado.

Os ataques são implacáveis. São sussurros nos corredores, insinuações sobre roupas, perguntas condescendentes sobre "quem escreveu aquele discurso" ou cobranças sobre como ela concilia a família e o trabalho. Perguntas que jamais seriam feitas a um homem na mesma posição. É a máquina de destruição de reputações operando na potência máxima contra quem ousa fazer uma política mais limpa e humana.

E o que torna a caminhada mais espinhosa é que, muitas vezes, os golpes mais duros vêm de falsos aliados. São figuras que sorriem para a foto, mas nos bastidores agem para sabotar e isolar a liderança feminina. Em muitos casos, usam a mulher apenas para cumprir cotas eleitorais, deixando-a na retaguarda, sem estrutura financeira, sem voz nas decisões e sem rede de defesa quando os ataques começam.

A sociedade exige que a mulher seja absolutamente "impecável" para ser respeitada. Enquanto acompanhamos políticos homens que sobrevivem a escândalos reais, vemos mulheres competentes tendo carreiras destruídas por boatos infundados.

Como reagir a esse massacre público? Responder a cada mentira drena a energia vital que deveria ser gasta trabalhando por quem mais precisa: as crianças, os idosos, as pessoas com deficiência, as famílias vulneráveis. Por outro lado, o silêncio permite que a mentira viresca na boca da opinião pública. Não há resposta fácil. Há apenas a necessidade de muita oração, convicção no propósito que Deus nos deu e uma base de apoio familiar muito sólida para não adoecer.

A lealdade na política costuma ser uma via de mão única. Exige-se fidelidade absoluta das mulheres aos seus grupos, mas, na hora da crise, elas são deixadas sozinhas. Quando um grupo político permite o linchamento moral de uma aliada sem defendê-la, envia um recado perigoso a todas as outras: "Vocês estão por conta própria".

Apesar de todo esse sistema desenhado para nos fazer desistir, as mulheres persistem. Nós entramos e permanecemos na política porque vemos corações onde muitos só enxergam planilhas e orçamentos. Trazemos o olhar do cuidado. Estamos criando um novo jeito de fazer política, com transparência e entrega de resultados, equilibrando a firmeza necessária para o debate com a humanidade indispensável para acolher o povo.

O ambiente político brasileiro não pode continuar sendo um moedor de mulheres. Não somos cotas nem enfeites de palanque. Somos lideranças plenas.

Cada mulher que resiste hoje pavimenta uma estrada mais segura para que as meninas de hoje sejam as prefeitas, governadoras e presidentes de amanhã, sem precisarem passar pelo fogo que nós passamos.

No fim das contas, a dúvida nunca foi se as mulheres são fortes o suficiente para suportar o peso da política. A verdadeira questão é se a política brasileira será, um dia, madura e ética o suficiente para merecer as mulheres.



Maureenilton Freire/CB/D.A. Press

Proteção das mulheres: um compromisso de todos



» ROZANA REIGOTA NAVES
Reitora da Universidade de Brasília (UnB)

Este 8 de Março, Dia Internacional das Mulheres, exige uma reflexão coletiva. Ao longo de mais de um século, a data se consolidou como um marco mundial de luta por direitos, igualdade e dignidade. Ainda assim, mais do que celebrar conquistas, é preciso olhar com seriedade para os desafios que ainda persistem, entre os quais a violência contra as mulheres. Nesse contexto, as instituições têm papel fundamental na construção de ambientes seguros, livres de assédio e promotores da equidade de gênero.

A Universidade de Brasília (UnB) existe para formar pessoas, produzir conhecimento e servir à sociedade. E servir à sociedade, neste momento histórico, implica afirmar com clareza: a violência contra a mulher é uma violação de direitos e configura uma falha institucional quando não é prevenida, acolhida e enfrentada com rigor.

Proteger as mulheres é um compromisso de todos e não admite ambiguidades. Compromisso, aqui, é responsabilidade assumida, traduzida em políticas, práticas, recursos, protocolos, formação e resultados. É a capacidade de assegurarmos que mulheres possam estudar, trabalhar, circular e existir com dignidade, sem medo e sem coerção e que, diante de qualquer violência, encontrem acolhimento qualificado, orientação, proteção e resposta institucional efetiva.

É importante reconhecer que a violência contra a mulher não se resume à ação de agressores. Ela também se alimenta de mecanismos sociais e institucionais de tolerância e silenciamento. Quando o assédio é relativizado, quando denúncias são recebidas com descrédito até transformar o direito em desgaste, cria-se um ambiente de permissividade. E a permissividade, nesse campo, tem consequências graves.

Falar em proteção exige tratar de duas dimensões inseparáveis: prevenção e resposta. A UnB, situada no centro político do país, tem uma responsabilidade ainda mais sensível nesse debate. Por isso, a universidade precisa ser exemplar no sentido mais responsável da palavra: não porque esteja imune a problemas, nenhuma instituição está, mas porque tem o dever de enfrentá-los com transparência, método e responsabilidade.

A contribuição de uma universidade pública para o enfrentamento da violência contra as mulheres combina a produção de conhecimento, a formação de profissionais tecnicamente preparados e eticamente comprometidos e o trabalho em rede com a sociedade. Na Universidade de Brasília, esse compromisso tem se traduzido em ações concretas.

Ao longo de 2025, reafirmamos institucionalmente o princípio de tolerância zero para assédios e violências de gênero. A universidade também fortaleceu iniciativas de orientação à comunidade acadêmica, com produção de materiais educativos que ajudam a reconhecer situações de violência e indicar caminhos de apoio. Avancamos no fortalecimento dos mecanismos institucionais para responder às denúncias, com capacitação de equipes, aprimoramento de fluxos administrativos

e revisão de normas internas. Nenhuma medida isolada resolve um problema estrutural como a violência de gênero. Mas ações contínuas e consistentes produzem efeitos concretos: reduzem silêncios, favorecem redes de proteção e qualificam respostas institucionais.

O 8 de Março nos lembra que a luta por igualdade e segurança para as mulheres não é episódica nem simbólica. É permanente. E exige o compromisso ativo de instituições e da sociedade. A violência contra a mulher é um problema público. Proteger as mulheres é um dever institucional e um compromisso democrático. Não é concessão: é direito.

Neste ano, a UnB reafirma esse compromisso por meio da campanha #8M 2026 — Nenhuma a menos: mais vozes, mais acolhimento. A iniciativa busca ampliar debates, dar visibilidade às pautas das mulheres e fortalecer o compromisso institucional com a igualdade de gênero e com o feminicídio zero. Afinal, a violência contra as mulheres costuma seguir um percurso bem conhecido: começa com desrespeito, intimidação ou assédio, avança para formas mais graves de violência e, quando não é interrompida, pode chegar ao feminicídio. Por isso, prevenir, acolher e agir são tarefas inseparáveis.

A mobilização da Universidade de Brasília se conecta às ações do governo federal e ao Pacto Nacional firmado pelos Três Poderes da República para prevenir e enfrentar a violência contra as mulheres. Ao somar vozes, fortalecer redes de acolhimento e afirmar que nenhuma mulher pode ficar para trás, reforçamos que proteger mulheres é uma responsabilidade pública e um compromisso permanente da democracia brasileira.